

EVASÃO ESCOLAR E PSICOLOGIA EDUCACIONAL: REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA

Josinaldo Furtado de Souza¹; Ana Catarina da Silva Nóbrega²; Betânia Maria Oliveira de Amorim³

1 Graduando de psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - josinaldofr@hotmail.com

2 Graduanda de psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - anacatarina-16@hotmail.com

*3 Professora Doutora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Orientadora –
betania.maria.ufcg@gmail.com*

Resumo: A evasão escolar apresenta-se como um dos grandes problemas da educação brasileira. Compreendida como sinônimo de fracasso escolar, é um fenômeno que se faz presente há décadas em nosso sistema educacional. Neste cenário, diversos saberes e mecanismos têm sido utilizados a fim de diminuí-la ou erradicá-la, dentre estes a psicologia. Diante disso, o presente trabalho objetiva refletir acerca da realidade brasileira no tocante a evasão escolar, bem como a atuação da psicologia no sistema educacional, destacando o papel do psicólogo nas escolas, onde apresentar-se-á sugestões para pensarmos em uma atuação deste profissional voltada a problemática supracitada. Por meio de revisão integrativa, analisou-se artigos dos bancos de dados LILACS e SciELO, entre os anos de 2000 a 2017, onde selecionou-se trabalhos publicados na íntegra em português, além de livros, legislação e referências do CFP acerca da temática. Constatou-se que a evasão é um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais. Embora possamos observar vários avanços ainda existem inúmeras barreiras que dificultam o acesso e a permanência de milhões de brasileiros a escola, dentre estas destacam-se as barreiras socioculturais, econômicas e as relacionadas a ofertas educacionais. Referente a atuação da psicologia frente a problemática da evasão escolar, não há, na literatura, ferramentas teóricas que embasem a atuação do psicólogo. Assim sendo, algumas estratégias de fundamentação teórica podem ser úteis para pensar formas de direcionamento na atuação do profissional em escolas com casos de abandono escolar, contribuindo com referências essenciais para fundamentar suas intervenções na escola. Para tanto, faz-se necessário uma psicologia escolar crítica e contextualizada.

Palavras-chave: Evasão escolar, psicologia educacional, reflexão, sugestões para atuação.

INTRODUÇÃO

A educação, segundo a Constituição Federal brasileira (1988), é um direito público subjetivo que deve ser assegurada a todos, através de ações desenvolvidas pelo Estado e pela família, com a colaboração da sociedade. Entendida como um conjunto de fatores que auxiliam no processo formativo do ser humano, nos quais o mesmo se torna sujeito e cidadão, apresenta-se como um fenômeno complexo, que ocorre em diversos espaços, sendo a escola a instituição de destaque, visto que, ainda a consideramos principal responsável pela transmissão do saber e cultura construídos e acumulados historicamente (MARINHO-ARAÚJO e ALMEIDA, 2005).

Ao relacionarmos a complexidade do conhecimento e sua construção no ambiente educacional nos defrontamos com várias problemáticas historicamente estabelecidas, entre as quais, aquela que diz respeito ao fracasso escolar. Segundo Forgiarani e Silva (2009), o fracasso escolar



“surgiu” e/ou ganhou maior destaque nas últimas décadas do século XX, quando grande parcela da população pertencente às classes populares teve acesso à escola. Fato este decorrente de reivindicações dos trabalhadores, cujo direito foi assegurado por diversas legislações como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Embora reconheçamos o avanço e as conquistas promovidas por estes dispositivos legais, isto não significa que a lei seja efetivada na prática, ou seja, ter um documento não é uma garantia de educação para todos (CARRAHER, CARRAHER, SCHLIEMANN, 1982).

Fracasso é sinônimo de falta de êxito, insucesso, derrota, soa como algo desagradável. Quando o termo é acrescido da palavra escolar tem-se um contexto complexo. Nesta perspectiva como propõe Zago (2011), a expressão tem sido utilizada para se referir a uma série de fenômenos educacionais, como: reprovação, baixo rendimento, distorção idade-série/ano, dificuldades de aprendizagem e evasão escolar.

A evasão escolar é um grave problema na educação brasileira. Segundo levantamento do censo escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Ministério da Educação (MEC), 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do ensino médio, respectivamente, abandonaram os estudos entre os anos de 2014 e 2015. Conforme o referido estudo, o 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,7%. Considerando todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11% do total de alunos nessa etapa de ensino (BRASIL, 2016).

A evasão escolar é um problema recorrente na educação brasileira e, como os dados apontam, é uma questão preocupante que impõe a necessidade de reflexão por parte de todos os profissionais envolvidos no processo educacional a exemplo do profissional da psicologia. Nesta perspectiva, buscamos refletir acerca da realidade brasileira no tocante a evasão escolar, bem sobre a atuação da psicologia no sistema educacional, destacando o papel do psicólogo nas escolas e a apresentação de algumas sugestões para uma atuação deste profissional voltada a problemática supracitada.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, pois é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática (SOUZA; SILVA; CARVALO, 2010). Foram consultadas as bases de dados: Literatura Latino-

Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), realizando a busca por artigos entre os anos de 2000 a 2017, no idioma português. Utilizou-se buscadores como “educação”, “evasão escolar”, “psicologia” e “psicologia educacional” sendo também combinadas entre si como estratégia de busca em cada base de dados.

Foram selecionados artigos publicados em português, que tratam acerca da temática de evasão escolar e psicologia educacional, possuem valor teórico e pesquisas relevantes para a elaboração do trabalho, assim como a legislação brasileira e referências do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que abordam o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar é colocada como sinônimo de fracasso escolar, sendo um fenômeno presente há pelos menos seis décadas no sistema educacional brasileiro (FORGIORANI e SILVA, 2009).

Segundo Sales, Castro e Dore (2013, p.6), a evasão trata-se de um “[...] fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais [...]”. Nesta mesma linha, Gaioso (2005, *apud* BAGGI e LOPES, 2011, p.356) define evasão como “um fenômeno social complexo, definido como interrupção no ciclo de estudos”. Nesta perspectiva, salienta-se que o abandono escolar constitui a última fase de um processo de desengajamento do estudante em relação ao cotidiano da vida escolar (RUMBERGER, 1995).

Nos estudos sobre a temática é necessário considerar três perspectivas conceituais, a saber: os níveis de escolaridade em que a evasão ocorre; os tipos de evasão; e as razões que motivam esta evasão. Acrescenta-se ainda a perspectiva utilizada na averiguação do problema, que pode ser a do indivíduo, da escola ou a do sistema de ensino (DORE e LÜSCHER, 2011).

A evasão, também compreendida como abandono escolar, atinge todos os níveis de educação em nosso país, e apesar dos índices hoje serem inferiores aos anos anteriores, ainda é um fator preocupante. Segundo o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2015, o Brasil apresentou uma taxa de abandono escolar de 1% referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental; taxa de 3,2% em anos finais do Ensino Fundamental e valores de 6,8% de abandono no Ensino Médio. Quando se compara as regiões do país verifica-se algumas discrepâncias destacando-se que regiões como Norte e Nordeste apresentam resultados superiores à média nacional em relação as taxas de abandono em todos os níveis da educação.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (*apud* TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013) em 2012, o Brasil possuía a 3ª maior taxa de evasão escolar entre 100 países. Ademais, o referido estudo revelou que, neste mesmo ano, um a cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série. Frente a esta realidade é importante questionar: quais são os fatores relacionados a evasão escolar?

2. BARREIRAS QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar no Brasil é constituída por diversos aspectos que se relacionam e conflitam-se no interior dessa problemática. Este abandono não deve e não pode ser analisado e compreendido de maneira isolada, visto que, todas as dimensões envolvidas influenciam neste processo de abandono da instituição escolar (BATISTA; SOUZA; OLIVEIRA, 2009).

No tocante a esta problemática, grandes avanços já foram verificados. Contudo, há inúmeras barreiras na atualidade que dificultam o acesso e a permanência de milhões de brasileiros na escola, dentre estas destacamos as barreiras socioculturais, econômicas e aquelas vinculadas a ofertas educacionais (UNICEF, 2012).

2.1 BARREIRA SOCIOCULTURAL

A barreira sociocultural, envolve a discriminação racial, a exposição à violência e a gravidez na adolescência, entre outras questões. A discriminação racial é um dos principais motivos geradores de evasão. Apesar de, nos últimos anos, a diferença no acesso à escola entre brancos e negros tenha sido reduzida, e hoje estes terem “igual” acesso à educação, ainda não é possível falar que negros e brancos possuem as mesmas oportunidades educacionais (LOUZANO, 2013).

Neste sentido, destaca-se que os negros estão em situação menos favorável que os brancos, pois o número de adolescentes negros de 15 a 17 anos que estão fora da escola é quase o dobro de jovens brancos. Enfatiza-se ainda que este dado se altera ao verificarmos a proporção racial deste público conforme a região, sendo a região Nordeste a que apresenta a maior proporção de adolescentes negros nesta faixa etária fora da escola, enquanto a região Sudeste possui um maior número de adolescentes brancos fora da escola (UNICEF, 2014). Outros aspectos que corroboram para a referida discriminação são: o tempo escolar, a taxa de repetência e a conclusão do ensino médio, que são números estatísticos sempre inferiores a dos brancos.

Embora os dados apresentados sejam significativos, não são capazes de mensurar o impacto negativo que a discriminação exerce sobre o desempenho escolar. É importante destacar também

que a gravidez na adolescência, apesar da diminuição dos casos, ainda representa aproximadamente 28,8% das crianças e adolescentes entre 10 a 19 anos que estão fora da escola. E tal fato destaca-se em adolescentes de famílias de baixa renda (UNICEF, 2012).

Outro fator que influencia drasticamente essa evasão é a violência, que se divide em *bullying* e violência no território. Segundo Monteiro e Arruda (2011), as escolas são palco de situações de violência, pois muitas vezes estão localizadas em espaços de acentuada exclusão social. Os autores supracitados destacam que depredações, casos de arrombamento, ameaças e prisões, são frequentes em muitas escolas pelo país. Com relação ao *bullying*, frisa-se que este tipo de violência desperta tanto na vítima quanto no agressor uma desmotivação e falta de interesse em frequentar a escola (UNICEF, 2012).

2.2 BARREIRA ECONÔMICA

Apesar da diminuição das desigualdades de renda no Brasil, a miséria ainda se faz presente em milhões de domicílios pelo país, e tal fato dificulta o acesso de crianças e jovens à escola. Quando conseguem ingressar na escola, logo se deparam com a dificuldade de permanecer na mesma. Essa discrepância desencadeia a saída de muitas crianças e adolescentes das escolas para trabalharem e complementar a renda familiar - são cerca de 4,3 milhões de infantes que trabalham - e os que permanecem na escola e trabalham tem rendimento inferior aos que só estudam (UNICEF, 2012).

Em todas as dimensões, os indicadores mostram que os grupos mais vulneráveis são aqueles historicamente excluídos da sociedade brasileira: as populações negra e indígena, as pessoas com deficiência, as que vivem nas zonas rurais e as famílias com baixa renda.

2.3 BARREIRA VINCULADA A OFERTA EDUCACIONAL

A última barreira está vinculada a oferta educacional, que proporciona inúmeros fatores que impulsionam a evasão, entre eles está a péssima qualidade dos transportes escolares; a infraestrutura inadequada da maioria das escolas no Brasil - onde muitas delas estão em locais de difícil acesso-, o péssimo salário e a carga exacerbada de horas de trabalho para os professores, que por consequência gera um desinteresse dos docentes, agravando um problema maior: docentes desqualificados para o cargo, ou seja, pessoas com baixo nível acadêmico, visto as dificuldades de se trabalhar em locais de difícil acesso; assim como a dificuldade de acessibilidade para alunos com deficiência. Estas

barreiras podem agir de forma isolada ou em conjunto, mas em ambos os casos provocam consequências na vida de crianças e adolescentes afastando-as da escola (UNICEF, 2012).

A dificuldade de acessibilidade para alunos com deficiência, é um fator que vem tomando proporções alarmantes no Brasil, principalmente se essa deficiência for severa, provocando a não aceitabilidade em escolas com o ensino convencional. A dificuldade vai aumentando gradativamente se as crianças ultrapassarem o ensino fundamental, como um modelo de afunilamento; enquanto 75% das crianças com deficiência estão no Ensino Fundamental, apenas 4% estão no Ensino Médio. Destaca-se ainda que, as crianças com deficiência também enfrentam graves problemas de exclusão e discriminação (UNICEF, 2012).

A falta de conexão entre os conteúdos oferecidos pela escola é um outro fator preocupante, pois alunos de comunidades rurais, quilombolas e indígenas são os mais prejudicados. A realidade destes alunos difere da apresentada nos materiais didáticos convencionais, o que causa um enorme desinteresse pelos estudos (UNICEF, 2012).

3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ESCOLA

Na análise da história da educação brasileira destaca-se a importância de refletir acerca da escola hoje. Esta que se configura como um “espaço amplo de socialização que busca favorecer experiências e a produção de conhecimento para a vida, integrando crianças e jovens às principais redes sociais importantes para sua formação” (CFP, 2013, p.30).

Durante muito tempo prevaleceu o pensamento que o psicólogo escolar atuava apenas na avaliação das crianças e jovens que possuíam dificuldade de aprendizagem (GUZZO *et al.*, 2010), ou seja, um modelo clínico de atendimento. Todavia, este enfoque foi alterado possibilitando reflexões mais críticas acerca da formação e atuação desse profissional (TANAMACHI, 2000 *apud* GUZZO *et al.*, 2010). Desse modo, nota-se uma expansão da visão do profissional de psicologia. Segundo Guzzo *et al.* (2010), o psicólogo escolar possui e defende (ou deveria) uma função política e social, na qual busca criar uma sociedade mais justa. Todavia, este trabalho não deve se restringir exclusivamente ao espaço escolar.

Tal perspectiva proporcionou a criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar (ABRAPEE), em 1990. Posteriormente, em 2007, o Conselho Federal de Psicologia-CFP, reconheceu a psicologia educacional como uma especialidade, porém, tal fato ocorreu de forma isolada, pois não houve nenhuma ação para o reconhecimento do profissional dentro do ambiente escolar (GUZZO *et al.*, 2010).



O psicólogo que atua no campo educacional necessita possuir, segundo Martinez (2009), uma participação consciente, ativa e compromissada na promoção e efetivação de transformações neste espaço. Tais mudanças passam pela reflexão acerca da prática científico-profissional e pela contínua transformação desta, buscando assim, atualizar-se e adequar-se as ações que lhe são impostas. Diante disso, observa-se que algumas mudanças vêm ocorrendo nas práticas “tradicionais” do psicólogo. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se novas formas de atuação, denominadas “emergentes”.

Dentre as práticas “tradicionais”, destacam-se as que estão relacionadas a questões psicoeducativas do contexto escolar, na qual predominam problemas em relação ao desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

As formas de atuação “emergentes” são mais amplas e abrangentes no que se refere ao trabalho do psicólogo na escola. Martinez (2009) elenca algumas destas atuações: diagnóstico, análise e intervenção a nível institucional; participação na construção, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica da escola; participação no processo de seleção dos membros da equipe pedagógica e no processo de avaliação dos resultados do trabalho; contribuição para a coesão da equipe de direção pedagógica e para sua formação técnica; coordenação de disciplinas e de oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral dos alunos; contribuição para a caracterização da população estudantil para propiciar um ensino personalizado; realização de pesquisas a fim de propiciar um melhor processo educativo; facilitação de forma crítica, reflexiva e criativa a implementação das políticas públicas.

A escola deve ser vista como um espaço social, onde as pessoas convivem e atuam, sendo assim, possui uma dimensão psicossocial. Assim, compete ao papel do psicólogo:

Sugerir, delinear e coordenar estratégias de intervenção direcionadas a potencializar o trabalho em equipe, mudar representações cristalizadas e inadequadas sobre o processo educativo, desenvolver habilidades comunicativas, mediar conflitos, incentivar a criatividade e a inovação, melhorar a qualidade de vida no trabalho e outras tantas ações, como contribuição significativa ao aprimoramento do funcionamento organizacional (MARTINEZ, 2009, p.173).

Na escola é de fundamental importância a proposta pedagógica, esta que em muitas instituições é apenas um documento e não possui muita relação com a realidade da escola. Quanto a este aspecto, o psicólogo pode dar sua parcela de contribuição; pode atuar para que a proposta pedagógica seja um instrumento eficaz na organização do trabalho educativo. Nesse sentido pode planejar, executar e participar de pesquisas no tocante ao entendimento do processo de ensino-aprendizagem, assim como o conhecimento das características psicossociais, visando a atualização

e reconstrução da proposta pedagógica, bem como suas condições de desenvolvimento e aprendizagem, e criar programas educacionais completos, alternativos ou complementares. Pode ainda participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, bem como participar da constante avaliação e do redirecionamento dos planos, e práticas educacionais implementados (MARTINEZ, 2009; CFP, 2013).

4. SUGESTÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR

Tendo como base a ausência de ferramentas teóricas na literatura que embasem a atuação do profissional de psicologia no contexto da evasão escolar, algumas estratégias de fundamentação teórica-prática podem ser úteis para pensar formas de direcionamento na atuação do psicólogo em escolas com casos de abandono escolar, contribuindo com referências essenciais para fundamentar suas intervenções na escola.

Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (BRASIL, 1996), aborda elementos de extrema importância para o psicólogo escolar refletir a educação a nível nacional e suas principais diretrizes. O Art. 1º da LDB demonstra estas possibilidades de atuação na escola ao ampliar a compreensão sobre os processos formativos em educação, expandindo-a para espaços que envolvam a vida familiar, movimentos sociais e instituições de ensino, tornando o processo formativo para além da sala de aula e contribuindo com o seu uso para uma educação contextualizada com a realidade dos/as alunos/as.

Ao pensar a atuação do psicólogo escolar tomando como referência a LDB, Yamamoto (2000) destaca que o documento não aborda de forma direta a atuação deste profissional nas escolas, não envolvendo de forma clara sua atuação e podendo o mesmo ser inserido na organização escolar a critério da equipe pedagógica, sendo necessário analisar quais propostas de atuação a LDB pode lhe atribuir neste cenário visando um reconhecimento para além de suas atribuições clássicas na educação.

Neste contexto, o Plano Nacional de Educação-PNE (2014) criado pela Lei nº 13.005/2014 aborda as metas que deverão ser atingidas pelo governo nos próximos 10 anos buscando atingir as devidas melhorias para a educação nacional em concordância com o que aborda a LDB, na qual se coloca que o psicólogo poderá atuar de forma multidisciplinar com os demais agentes das instituições de ensino visando a universalização do atendimento escolar e das queixas familiares.

Segundo o PNE (2014), o contexto do abandono escolar é uma temática que se articula com as demais propostas de avanços no ensino, concentrando nas metas 1 e 2 os objetivos de combate à

evasão escolar sendo demonstrada a intenção de se universalizar o ensino fundamental para toda a população de faixa etária entre 6 e 14 anos, garantindo que pelo menos 95% destes concluam essa etapa do ensino no período recomendado.

Na busca pela conclusão da meta anterior o PNE (2014) propõe a realizar mais uma meta audaciosa, a universalização do atendimento escolar a jovens entre 15 e 17 anos, elevando a taxa de matrículas desta faixa etária nas escolas para 85% até seu término de vigência.

Diante disso, vê-se a necessidade da inserção do profissional de psicologia neste cenário. Porém, este saber deve ser compartilhado com os demais saberes que atuam no campo educacional. Conhecer as direções éticas e políticas que norteiam o cotidiano escolar passa a ser prioridade para a ação de psicólogas (os), pois questionamentos como para quê escola, para quem esta serve, e as práticas dessas implicações no cotidiano são fundamentais e devem ser debatidas por profissionais que atuam no campo da Educação (PENTEADO e GUZZO, 2010).

As contribuições da avaliação psicopedagógica podem ser uma ferramenta bastante útil na identificação das dificuldades de permanência e ensino/aprendizagens dos alunos nestas faixas de idades, sendo um processo mútuo de troca de informações buscando identificar quais as necessidades dos alunos e os suportes que a escola pode oferecer (GINÉ, 2004).

Tendo-se como referência que a avaliação psicopedagógica presta informações de relevância para as possíveis mudanças necessárias na escola, torna-se então um instrumento de grande auxílio para os profissionais que a utilizam visando uma participação multidisciplinar em sua aplicação, fazendo-se necessário a interpretação dos dados obtidos, buscando assim a criação de mecanismos de auxílio das demandas encontradas (GINÉ, 2004).

Para Martínez (2003), o projeto político pedagógico da escola pode contribuir no fortalecimento na concepção de educação. Ainda segundo a mesma, o debate das possibilidades de atuação do profissional de psicologia no cenário de criação deste projeto, deve ser planejado em participação como comunidade escolar, assim como a criação de espaços que visem a resolução de conflitos e dificuldades encontradas.

A evasão escolar, como mencionado, se tornou um problema recorrente nas escolas, fazendo-se necessário a criação de intervenções que visem alterar esta realidade. Neste sentido, o projeto político-pedagógico possui uma participação de extrema importância por inserir em seu planejamento espaços de debate e diálogos, fazendo com que a reflexão sobre as propostas pensadas para a escola se tornem eficazes. Sant'Ana e Guzzo (2015) colocam que a importância deste projeto

se encontra exatamente por pensar uma escola democrática e participativa, que busque sujeitos ativos no processo de transformação de sua realidade.

As intervenções no campo da evasão escolar devem pensar os alunos como sujeitos que se encontram atravessados pelas mais diversas situações de vivências, fazendo-se necessário que o psicólogo procure intervir com propostas que os compreenda em um contexto histórico e social com a contribuição da equipe pedagógica (PENTEADO e GUZZO, 2010).

Ao refletir sobre estas possibilidades de ações, Andrada (2005) aponta algumas propostas de intervenção pensadas para a atuação do psicólogo escolar. As mesmas podem ser adaptadas para o contexto do abandono do ensino tornando possível o debate entre pais, alunos e equipe profissional da escola, sendo oferecidos encontros com a participação dos mesmos, visando o diálogo a respeito da situação escolar do aluno, tornando possível refletir sobre suas dificuldades na escola e possíveis soluções, sendo criadas estratégias que em parceria com a equipe multidisciplinar possibilite que o aluno desenvolva autonomia em seu processo formativo.

Diante de exposto ainda se faz necessário destacar a importância do auxílio de centros de referência para o psicólogo e a escola quando o acesso a família for dificultado, tendo como base o Conselho Tutelar e demais instâncias sociais e jurídicas que auxiliam no processo de infrequência escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da evasão escolar no Brasil é um dos grandes desafios que a educação do país enfrenta, principalmente o ensino público, pois está relacionado de forma direta ou indireta a fatores de ordem social, cultural, político, econômico e educacional.

Considerando que a evasão escolar não se constitui em um problema individual, mas produto de diferentes fatores externos, a psicologia educacional busca contribuir no processo de superação destas barreiras que dificultam a permanência de crianças e adolescentes na escola. Todavia, apesar dos avanços ainda é notória as grandes dificuldades que os psicólogos possuem para atuar no campo educacional. Contudo, entendemos que um caminho pode ser visualizado por meio da Psicologia Escolar crítica e contextualizada. Sendo assim, compreendemos que o trabalho do profissional da psicologia na escola deve ser pautado no “compromisso com a luta por uma escola democrática, de qualidade, que garanta os direitos de cidadania a crianças, jovens e profissionais da Educação” (CFP, 2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADA, E. G. C. Focos de intervenção em psicologia. **Psicol. Esc. Edu.** v.9, n.1, Campina, 2000.
- BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação** (Campinas), v. 16, n. 2, p. 355-74, jul. 2011.
- BATISTA, S. D; SOUZA, A. M; OLIVEIRA, J. M. S. A Evasão escolar no ensino médio: Um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.9, n.19, 2009.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- _____. **Lei federal Nº 9394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 12 mar 2017.
- _____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias>> Acesso em: 12 Mar. 2017.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2016**: Notas Estatísticas. Brasília, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf> Acesso em: 06 ago. 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica** / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 58 p., 2013.
- DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 770-89, dez. 2011.
- FACCI, M.G.D. **No psicólogo nas escolas municipais de Maringá**: a história de um trabalho e a análise de seus fundamentos teóricos, 1998. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília. P. 33-54 e 91-123, 1998.
- FORGIARINI, S. A.B.F; SILVA, J.C. **Fracasso escolar no contexto da escola pública: entre mitos e realidades**, 2009. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-4.pdf>> Acesso em: 10 mar 2017.
- GINÉ, C. A avaliação psicopedagógica. In COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Orgs.), **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Vol. 3. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A.S. C; MOREIRA, A.P.G; TIZZEI, R.P; NETO, W.M.F.S. Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. spe, 2010.
- LOUZANO, P. Fracasso escolar: evolução das oportunidades educacionais de estudantes de diferentes grupos raciais. **Cadernos cenpec**. São Paulo, v.3, n.1, p.111-133, jun. 2013
- MARINHO-ARAÚJO, C.; ALMEIDA, S.F.C. **Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional**. Campinas, SP: Alínea, 2005.
- MARTÍNEZ, A. M. **O psicólogo na construção pedagógica da escola: áreas de atuação e desafios para a formação**. In S. Almeida (Org.), **Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação profissional** (pp. 105-124). Campinas, SP: Alínea. (2003).
- _____. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.3, n.1, 2009.

MONTEIRO, V.B.; ARRUDA, E.F. O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na Região Metropolitana de Fortaleza. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, Code, 2011.

PENTEADO, T. C. Z. & GUZZO, R. S. L. Educação e psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador. Psicologia & Sociedade. São Paulo: **ABRAPSO**, nº 22 (3), p. 569-577, 2010.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS-PNAD. Volume 30, 2009, Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-PNE. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília, 2014.

RUMBERGER, R. W. Dropping out of middle school: a multilevel analysis of students and schools. **American Educational Research Journal**, v. 32, n. 3, p. 583-625, 1995.

SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L.; DORE, R. Educação profissional e evasão escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a rede federal de educação profissional e tecnológica de Minas Gerais. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR**, 2013, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Rimepes, 2013.

SANT'Ana, I. M., GUZZO, R. S. L. Psicologia escolar e projeto político-pedagógico: análise de uma experiência. **Psicol. Soc.** vol.28 n.1 Belo Horizonte, 2015.

SOUZA. M.T; SILVA. M. D.; CARVALHO. R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. V.8. N.1. P.102-106, 2010.

TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2015. Disponível em: < http://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-metas?task=indicador_educacao&id_indicador=81#filtros>. Acesso em 09 mar 2017.

UNICEF. **Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa** – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes /Fundo das Nações Unidas para a Infância. - Brasília: UNICEF, 2012.

_____. **10 desafios do ensino médio no Brasil**: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos / [coordenação Mário Volpi, Maria de Salette Silva e Júlia Ribeiro]. – 1. ed. – Brasília, DF: UNICEF, 2014.

YANOMOTO, O. A LDB e a psicologia. **Psicol. cienc.** v. 20, n.4, Brasília, 2000.

ZAGO, N.. Fracasso e sucesso escolar no contexto das relações família e escola: questionamentos e tendências em sociologia da educação. **Revista Luso-Brasileira**, v.2, n.3, p.57-83, 2011.